



21 DE FEVEREIRO DE 2011 **segunda - feira**

- **Notícias CNI (Clipping Anexo)**
- **Votação do salário mínimo e instalação de comissões marcam semana no Senado**
- **Prepare-se para a entrega do Imposto de Renda**
- **Bancas ainda esperam definição do STF sobre prazo de cobrança da Cofins**
- **CNI divulga Sondagem Industrial de janeiro**
- **Michel Temer defende reforma política enxuta na federação paulista**
- **Sindicatos e salários na China**
- **Maiores economias do mundo divergem quanto às formas de combate à crise capitalista**
- **Justiça cancela edital de eleição na Fiep**

Câmbio		
Em 21/02/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,660	1,670
Euro	2,270	2,284

Fonte: BACEN

VOTAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO E INSTALAÇÃO DE COMISSÕES MARCAM SEMANA NO SENADO

21/02/2011- Gazeta do Povo

O Senado terá uma semana intensa, apesar de o líder do governo, **Romero Jucá** (PMDB-RR), já ter avisado que o projeto do salário mínimo será a única votação relevante que deverá acontecer na Casa. Governo e base aliada deverão estar concentrados para a aprovação da matéria, cuja votação está prevista para quarta-feira (23).

Nesta segunda-feira(21) pela manhã, os líderes dos partidos da base aliada terão um encontro com a presidenta **Dilma Rousseff** para a reunião do Conselho Político, quando os discursos devem ser afinados sobre a votação de quarta-feira. Com poucos dissidentes no Senado, o governo espera aprovar o novo valor do salário mínimo, de R\$ 545, com ampla margem de votos e sem emendas que obriguem o texto a voltar para a Câmara.

Para o governo, também é importante contar com a coesão dos aliados para impedir que a oposição derrube o Artigo 3º do projeto de lei, que prevê que o governo poderá reajustar o mínimo por decreto até 2015, de acordo com as regras da Política Permanente de Valorização do **Salário Mínimo**. Além dos opositores, dentro da base aliada, o governo já conta com um voto contrário ao artigo, anunciado pelo senador **Roberto Requião** (PMDB-PR). Ele avisou que considera o assunto inconstitucional e que votará a favor de emendas que ampliem o valor do mínimo para R\$ 560.

Ainda dentro da base, Dilma também já encontra resistência ao valor de R\$ 545. O senador **Paulo Paim** (PT-RS) anunciou na semana passada que irá propor uma emenda para antecipar R\$ 15 do reajuste que seria feito no próximo ano, atendendo assim à proposta das Centrais Sindicais que pedem um mínimo de R\$ 560.

Para tentar conter os dissidentes, o líder do PT, Humberto Costa (PE), fará uma reunião com a própria bancada, e os senadores do seu bloco – PRB, PR, PSB, PDT e PCdoB – ,na próxima terça-feira (22). Costa avisou que irá cobrar “reciprocidade” dos senadores aliados e que irá trabalhar para derrubar todas as emendas que forem apresentadas. No mesmo dia, os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, estão convidados a comparecer ao Senado para esclarecer a política do salário mínimo.

A votação do mínimo não será o único evento importante que marcará a semana no Senado. A partir de terça-feira, começarão a ser instaladas as comissões permanentes – até agora apenas a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) está funcionando. A expectativa é que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) comece os trabalhos sabatinando dois diretores indicados para o Banco Central: Altamir Lopes, para a diretoria de Administração, e Sidnei Corrêa Marques, para a diretoria de Liquidações e Controle de Operações de Crédito Rural. Ainda na terça os dois poderão ser votados na comissão e no plenário do Senado.

A expectativa é de que, também, seja instalada a Comissão de Educação no começo da semana. Na quarta-feira pela manhã, a CCJ vota em caráter terminativo projeto de lei que permitirá a contratação de 1.014 servidores públicos, sendo 514 peritos médicos para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e 500 funcionários para cargos em comissão e outras funções que não necessitam de concurso.

As comissões de Ciência e Tecnologia; de Assuntos Sociais; de Infraestrutura; de Direitos Humanos; de Turismo; de Desenvolvimento Regional; e de Meio Ambiente, Controle e Fiscalização também devem ser instaladas a partir de terça-feira, conforme os dias tradicionais de suas reuniões semanais.

PREPARE-SE PARA A ENTREGA DO IMPOSTO DE RENDA

21/02/2011- Estado do Paraná

A entrega da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2011 começa no próximo dia 1º de março e vai até dia 29 de abril. Para ajudar o contribuinte a esclarecer possíveis dúvidas durante a formulação do documento ou em relação aos comprovantes que precisam ser recolhidos, **O Estado** vai colocar um especialista em tributação em contato com os internautas. Quem quiser enviar suas questões pode escrever para o e-mail economia@oestadodoparana.com.br. As respostas serão fornecidas durante a semana que vem no site oestadodoparana.com.br.

Neste ano, menos pessoas devem declarar o Imposto de Renda. Para não punir contribuintes com renda mais baixa, a Receita Federal aumentou os rendimentos tributáveis de quem vai precisar declarar. Agora, quem é obrigado a enviar a declaração é o contribuinte que recebeu rendimentos tributáveis cuja soma foi superior a R\$ 22.487,25 em 2010. No exercício anterior, esse valor era de R\$ 17.215,08. Já quanto ao trabalhador com receita em atividade rural, fica obrigado a apresentar a declaração o contribuinte que obteve receita bruta em valor superior a R\$ 112.436,25. O valor anterior era de R\$ 86.075,40. As deduções previstas na legislação tributária pelo desconto de 20% do valor dos rendimentos tributáveis na declaração estão limitadas a R\$ 13.317,09. Em 2010 esse valor era de R\$ 12.743,63. "Esses aumentos dos valores ocasionarão redução do número de declarantes", explica a consultora tributária da Confirp Contabilidade, Heloisa Motoki.

As fontes pagadoras têm até o fim de fevereiro para enviar aos trabalhadores as informações referentes às receitas de 2010. Até que a documentação chegue, a orientação do professor de Contabilidades Tributárias do Grupo Uninter, Robison Hanke, é que o contribuinte comece a juntar todos os registros de compra e venda de imóveis e veículos, previdência privada e doações, além das despesas médicas. "Essas informações são cruzadas na Receita Federal e são importantes para que o contribuinte não caia na malha fina", avisa.

Outra observação de Hanke é em relação à inclusão de dependentes. "É preciso verificar se os dependentes são isentos ou se receberam rendimentos, porque vai somar na renda do titular, outra situação pela qual é possível cair na malha fina. Muitos se esquecem de colocar, por exemplo, a aposentadoria do INSS dos pais, incluídos como dependentes", lembra o professor.

Novidades

Sem formulários de papel, a partir deste ano, a entrega da declaração passa a ser exclusivamente por meio eletrônico. Mas a principal novidade do Imposto de Renda 2011 é que a partir de agora casais homossexuais em união estável poderão

apresentar declaração conjunta. Os contribuintes podem, inclusive, retificar a declaração dos últimos cinco anos para incluir o parceiro do mesmo sexo como dependente.

BANCAS AINDA ESPERAM DEFINIÇÃO DO STF SOBRE PRAZO DE COBRANÇA DA COFINS

21/02/2011- Valor Econômico

Mais de dois anos após o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir que os escritórios de advocacia e demais sociedades civis devem pagar Cofins, advogados ainda se apegam à possibilidade de, ao menos, conseguirem excluir o pagamento retroativo da contribuição - o que valeria para os cinco anos anteriores ao julgamento do caso. Tal medida seria possível se o Supremo julgasse de forma favorável um recurso do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pelo qual discute-se o quórum necessário para "modular" os efeitos da decisão - se valeria para o passado ou somente para o futuro. Os embargos de declaração, porém, estão parados desde aquele ano.

Com uma modulação que determinasse o pagamento apenas após a decisão que considerou constitucional a cobrança da Cofins, a Ordem tenta barrar a estratégia da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) de cobrar dos escritórios o pagamento da contribuição dos últimos cinco anos. Mesmo as bancas que já possuíam decisões judiciais finalizadas, afastando a incidência do tributo, têm perdido a discussão no Judiciário, que tem autorizado a cobrança retroativa por meio das chamadas ações rescisórias, propostas pela PGFN.

A coordenação do contencioso da Fazenda Nacional estima que já foram ajuizadas mais de 50 ações apenas no Superior Tribunal de Justiça (STJ) para reverter essas decisões contra sociedades de profissionais liberais, entre eles escritórios de advocacia. Na maior parte dos casos, a PGFN saiu vitoriosa. Decisões favoráveis à OAB de Pernambuco, Bahia e Distrito Federal, por exemplo, já transitadas em julgado e que garantiam o não recolhimento da Cofins estão entre as que foram reabertas e reformadas pela Justiça.

As decisões mais antigas seguiam o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que chegou a editar uma súmula com o entendimento de que o tributo não era devido. Em setembro de 2008, no entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a constitucionalidade da cobrança da Cofins dessas sociedades, mas não aplicou a modulação.

Em 2008, quando os ministros decidiram que a Cofins era devida, entenderam ser necessário oito votos favoráveis à tese para a aprovação da modulação, o que não ocorreu no caso - cujo placar foi de cinco votos a cinco, por estar ausente a ministra Ellen Gracie. A OAB, porém, defende que a maioria simples seria suficiente e que houve um empate no julgamento.

Segundo o advogado Luiz Gustavo Bichara, do Bichara, Barata, Costa & Rocha Advogados, responsável pelo processo da seccional fluminense da Ordem contra a cobrança da Cofins, com esse placar "o tema resta absolutamente em aberto". De acordo com ele, que estava no Plenário na ocasião, a modulação foi debatida de forma rápida, sem grandes discussões.

Além do quórum, a OAB pretende convencer os ministros de que quando decidiram não aplicar a modulação ao caso do IPI alíquota zero teriam sido enfáticos ao negá-la, sob o fundamento de que os processos sobre aquela tese não haviam transitado em julgado. No caso da Cofins, no entanto, segundo a argumentação de Bichara, seria exatamente o oposto. Conforme levantamento da OAB do Rio, dezenas de processos sobre o tema transitaram em julgado. No entanto, segundo o advogado, ainda que haja a modulação, provavelmente valeria apenas para as ações individuais, como nos outros casos em que foi aplicada.

O advogado Emerson Barbosa Maciel, que foi o responsável pela defesa da OAB no Distrito Federal no Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, também defende que deveria haver modulação dos efeitos. " Isso é uma questão de segurança jurídica, que vai surpreender não só grandes escritórios como os de pequeno porte", afirma. Para ele, a questão ainda não está perdida no Supremo, que pode reconsiderar a possibilidade de incidência do tributo apenas daqui para frente.

A validade das ações rescisórias também deverá ser levada ao Supremo. Segundo Bichara, muitas foram ajuizadas após o prazo legal de dois anos. Além disso, segundo a Súmula nº 343 do STF, seria incabível o ajuizamento de ações rescisórias quando a decisão transitada em julgado tratar de matéria controvertida nos tribunais na época. O advogado Paschoal de Castro Alves, de uma banca de Fortaleza, foi um dos únicos que conseguiu modular os efeitos da decisão no TRF da 5ª Região (leia ao lado). Ele afirma que deve discutir a própria admissão da ação rescisória no STJ e no Supremo, pois não caberia ações dessa natureza nesses casos.

Em abril do ano passado, a 1ª Seção do STJ julgou, ao analisar uma ação rescisória contra um escritório de advocacia de Pernambuco, que a Fazenda poderia cobrar a Cofins retroativamente à decisão do STF.

CNI DIVULGA SONDADEM INDUSTRIAL DE JANEIRO

21/02/2011- Agência CNI

Brasília - A [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#) divulga nesta segunda-feira, 21 de fevereiro, às 14h, no seu site, a Sondagem Industrial de janeiro de 2011.

A pesquisa mostra o desempenho da produção e dos estoques da indústria em janeiro. Revela também as expectativas dos empresários para os próximos seis meses em relação às exportações, à demanda e à compra de matérias-primas. Além disso, a Sondagem Industrial mostrará, a partir de agora, novos indicadores mensais, que são: evolução do número de empregados, evolução dos estoques e utilização da capacidade instalada. A pesquisa também apontará o número de empregados na indústria de fevereiro.

A pesquisa foi realizada com 1.449 empresas, sendo 838 pequenas, 413 médias e 198 grandes, entre os dias 31 de janeiro e 14 de fevereiro de 2011. A pesquisa será divulgada no site da CNI e encaminhada por e-mail aos jornalistas cadastrados. As entrevistas sobre a Sondagem Industrial de janeiro podem ser agendadas com a assessoria de imprensa da CNI nos telefones (61) 33179562 ou (61) 3317.9578.

MICHEL TEMER DEFENDE REFORMA POLÍTICA ENXUTA NA FEDERAÇÃO PAULISTA

21/02/2011- Agência CNI

São Paulo - O Conselho Superior de Estudos Avançados (Consea) da [Federação das Indústrias do Estado de São Paulo \(FIESP\)](#) recebeu nesta sexta-feira, 18 de fevereiro, na sede da instituição, o vice-presidente da República e membro da Academia Paulista de Letras Jurídicas, Michel Temer.

Temer afirmou que o momento político no Congresso Nacional é favorável à aprovação de reformas, e que trabalhará pela aprovação, ainda este ano, da reforma política: "Eu já disse à presidente Dilma Rousseff que seria muito útil para esse governo que se desse a formulação de uma nova reforma política que fosse enxuta", declarou após a reunião do Consea.

"Há uma maturação que nos permite debater a reforma política", acrescentou o vice-presidente, argumentando que se a discussão começar agora será possível concluir a reforma até outubro deste ano.

PROPOSTA - Temer defendeu que a disputa para o parlamento seja majoritária, a exemplo do que acontece no Senado. "Minha tese é de maioria de votos, ou seja, o sistema majoritário. Nós teríamos uma espécie de 'distritão', que é o próprio Estado. São Paulo tem, por exemplo, 70 vagas. Os 70 mais votados seriam eleitos", explicou.

O vice-presidente disse também que a fidelidade partidária seria mantida. "Quem for eleito pelo partido dele não poderá sair", emendou, ressaltando que essa é sua ideia de reforma, não a do governo.

O presidente da FIESP, Paulo Skaf, concordou com a visão de Temer: "Estou completamente de acordo com todos os pontos que ele apresentou", declarou. Skaf lembrou que, além da reforma política, todas as reformas estruturais do País são urgentes. "Precisamos de uma reforma tributária e trabalhista o quanto antes", reforçou.

SINDICATOS E SALÁRIOS NA CHINA

21/02/2011- O Estado de São Paulo

Por José Pastore

No setor industrial, o aumento médio em 2010 foi de aproximadamente 9%. Em muitas cidades, o salário mínimo subiu 20%. Em vários setores há falta de mão de obra.

Na nova conjuntura, os trabalhadores estão se tornando mais exigentes.

Os sindicatos começam a flexionar seus músculos. Será que a conjugação da falta de mão de obra com uma maior pressão sindical criará uma nova realidade salarial na China? Isso afetará a competitividade das empresas chinesas?

A máquina sindical do país é bastante complexa. No nível mais alto, está a Confederação Nacional dos Sindicatos Chineses, com mais de 200 milhões de filiados e operando como uma simples correia de transmissão do governo central com o objetivo de levar adiante os programas do Partido Comunista. Seus recursos são imensos, pois provêm de 2% da gigantesca folha salarial da China.

Pela via da distribuição do numerário para entidades regionais e locais, essa confederação exerce forte controle da base sindical do país.

Mas essa situação está mudando. As federações e os sindicatos regionais e locais começam a ganhar independência. A redução do número de empresas estatais e o aumento das privadas (ou mistas) estão estimulando os sindicatos a falar mais alto.

Mudanças expressivas estão ocorrendo nos sindicatos ligados às multinacionais.

Foram eles que deflagraram as greves no setor automobilístico em 2010 e que forçaram as empresas a conceder aumentos salariais expressivos – em alguns casos (Honda) de até 30%.

Estaria aí a semente que vai minar a competitividade das empresas chinesas, que sempre contaram com a vantagem do trabalho barato?

A pressão do mercado e dos sindicatos no campo salarial não deve ser superestimada por três razões. Em primeiro lugar, porque, apesar dos expressivos aumentos, as diferenças entre os salários da China e do resto do mundo desenvolvido ou emergente continuam brutais. Um operário chinês ganha 20 vezes menos do que seu colega americano ou europeu e sete vezes menos do que o brasileiro. E as despesas de contratação para as empresas chinesas são reduzidíssimas.

A previdência social ainda é um luxo e, na maioria dos casos, as empresas nada pagam nesse campo.

Em segundo lugar, é bom considerar que, apesar dos movimentos recentes, a grande maioria dos sindicatos ainda vive num sistema de cooptação.

As empresas usam as entidades sindicais para levantar a moral dos trabalhadores e avançar nos programas de qualidade e produtividade.

Muitas empresas apóiam os sindicatos com programas assistencialistas que agradam aos operários e arrefecem os movimentos de reivindicação.

Em muitos casos, os chefes fazem isso da diretoria dos sindicatos. A literatura cita exemplos em que o diretor financeiro da empresa é o presidente do sindicato (Mingwei Lu, Union Organizing in China: Still a Monolithic Labor Movement?, Industrial and Labor Relations Review, outubro de 2010).

Em terceiro lugar, e mais importante, está o fato de que a produtividade do trabalho tem aumentado muito mais do que o salário na maioria das indústrias chinesas. Ou seja, apesar dos recentes aumentos, o custo unitário do trabalho está diminuindo e a competitividade, aumentando.

O que isso tem que ver com o Brasil?

Ao lado de tudo isso, é inegável que o poder de compra da grande maioria dos chineses está aumentando rapidamente.

Forma-se naquele gigante uma classe média colossal e que já é o maior mercado consumidor do mundo. Trata-se de uma excelente janela de oportunidades para os países que tem o que vender para a China.

No caso do Brasil, as vantagens comparativas tem se limitado as exportações de commodities. Para avançar no campo das manufaturas, temos de superar os conhecidos desafios da modernização da infraestrutura, reduzir o custo Brasil e melhorar a produtividade do trabalho – um substancial salto na qualidade da educação.

PROFESSOR DE RELAÇÕES DO TRABALHO DA FEA-USP

Fonte: O Estado de São Paulo / Economia

Autor: José Pastore

Data: 20/2/2011

<http://www.gestaosindical.com.br/internacional/materia.asp?idmateria=3455>

MAIORES ECONOMIAS DO MUNDO DIVERGEM QUANTO ÀS FORMAS DE COMBATE À CRISE CAPITALISTA

21/02/2011- Correio do Brasil

As maiores economias do mundo estavam divididas ao meio sobre como medir desequilíbrios na economia mundial para evitar crises futuras, disse o ministro das Finanças japonês nesta sexta-feira. Falando antes da reunião de ministros das Finanças e banqueiros centrais do G20, Yoshihiko Noda disse não ter certeza de que os países alcançarão qualquer acordo sobre indicadores para avaliar o equilíbrio econômico global.

– É incerto se os países concordarão em todos os indicadores, mas eu acho que um acordo em alguns (indicadores) é possível. A partir das discussões dos grupos de trabalho, eu tenho a impressão de que agora os países estão divididos ao meio sobre suas opiniões – disse Noda a jornalistas.

Em negociações preparatórias na quinta-feira, fontes do G20 disseram que China e Alemanha são contra um indicador de balanças de pagamentos, enquanto Pequim

resiste a incluir indicadores sobre taxas de câmbio e reservas cambiais no pacote. O presidente do banco central chinês, Zhou Xiaochuan, disse que Pequim decidirá por conta própria sobre o ritmo de apreciação do iuan e que não será influenciada pela pressão de outros países.

Nas manhã desta sexta-feira, o Banco Central da China anunciou uma nova elevação do depósito compulsório bancário em 0,5 ponto percentual, a segunda alta deste ano e o oitavo acréscimo oficial desde o começo do ano passado. Em comunicado publicado em seu site, o BC chinês disse que a mudança entra em vigor a partir de 24 de fevereiro. A medida é a mais recente tentativa de Pequim para enxugar o excesso de liquidez da economia. A inflação anual foi de 4,9 por cento em janeiro, abaixo das previsões do mercado, mas ainda marcou uma aceleração diante da taxa de 4,6 por cento registrada em dezembro.

Desequilíbrios

A contenção de desequilíbrios financeiros também preocupa a autoridade alemã, que duvidou de um possível acordo na reunião de dois dias em Paris, dizendo que Berlim quer no mínimo uma lista com cinco indicadores para combater o descompasso econômico que atinge os países capitalistas, desde a eclosão da crise mundial.

– É difícil para nós imaginarmos deixar algo de fora, por exemplo deixar os relacionados a moedas e manter o relacionado a conta corrente – disse a fonte à agência inglesa de notícias Reuters.

Já a ministra francesa de Economia, Christine Lagarde, disse esperar que a primeira reunião ministerial do G20 sob sua presidência aprove uma lista preliminar de indicadores, em um processo de duas etapas que irá gerar diretrizes até o fim do ano para políticas econômicas globais mais coordenadas. As potências emergentes da China e da Índia já elevaram os juros para combater a inflação e reclamam sobre os riscos de que o capital especulativo desestabilize suas economias.

A pressão cresce para que o Banco da Inglaterra seja o próximo a subir os juros, uma vez que a inflação britânica alcançou o dobro da meta do BC. O Banco Central Europeu (BCE) não deve apertar a política monetária até pelo menos o fim do ano e o Federal Reserve continua a injetar dinheiro para estimular a economia através de um programa de US\$ 600 bilhões – a provável fonte do aumento das entradas de capital em emergentes.

Commodities

Presidente do Banco do Japão, Masaaki Shirakawa disse também, nesta sexta-feira, que a política monetária expansionista no mundo desenvolvido está levando capital a economias emergentes e ajudando a inflar os preços de commodities, mas é necessária.

– Os estímulos monetários por países desenvolvidos estão causando ingressos de capital em países emergentes e, em parte, esses são os culpados pela alta dos preços

de commodities. Porém, os estímulos monetários em países desenvolvidos são medidas necessárias – afirmou Shirakawa a jornalistas.

Em documento preparado para a reunião do G20, o Fundo Monetário Internacional (FMI) disse que a crise de dívida da zona do euro ainda é uma ameaça à recuperação global, enquanto nações emergentes correm o risco de superaquecer e a alta dos preços de alimentos é um risco inflacionário. Shirakawa, o chairman do Fed, Ben Bernanke, o presidente do BCE, Jean-Claude Trichet, o presidente do BC britânico, Mervyn King, e o presidente do BC chinês, Zhou Xiaochuan, falaram durante o evento em Paris. O secretário do Tesouro norte-americano, Timothy Geithner, também havia programado uma declaração na conferência organizada pelo grupo de pesquisa Eurofi.

Fonte: Correio do Brasil

Autor: Redação, com agências internacionais - de Paris

Data: 20/2/2011

<http://www.gestaosindical.com.br/internacional/materia.asp?idmateria=3462>

JUSTIÇA CANCELA EDITAL DE ELEIÇÃO NA FIEP

21/02/2011- Gazeta do povo

Pela segunda vez, a 6.^a Vara do Trabalho de Curitiba suspendeu a convocação para o registro das chapas candidatas à eleição para a presidência da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), marcada para o dia 8 de agosto. O pedido de impugnação partiu do presidente do Sindicato da Indústria da Produção de Álcool do Estado do Paraná, Miguel Rubens Tranin. A primeira suspensão, em janeiro, também foi resultado de um pedido de Tranin.

A decisão do juiz levou em consideração que a publicação do edital no dia 8 de fevereiro impede que o sindicato presidido por Tranin participe do pleito, já que a sua filiação ocorreu no dia 24 de setembro de 2010. O estatuto da Fiep permite que apenas os sindicatos registrados há mais de seis meses participem da eleição, tanto como concorrentes quanto como candidatos. Até o fechamento desta edição, a diretoria da Fiep não havia sido notificada da decisão.

Inscrição

Antes da divulgação da suspensão, pelo menos duas chapas entregaram os documentos necessários para participar do pleito: a chapa da situação, encabeçada pelo empresário Edson Campagnolo, atual vice-presidente da Fiep; e a chapa da oposição, que tem à frente Carlos Walter, representante do Sindimetal de Maringá. Ao contrário de informações ventiladas nos bastidores desde o início do ano, o secretário de Estado da Indústria e Comércio, Ricardo Barros, não está envolvido diretamente na eleição. Ele garantiu que não integra a chapa de oposição. Já o atual presidente da entidade, Rodrigo da Rocha Loures, é um dos 54 integrantes da chapa de situação, segundo Campagnolo. Quem vencer o pleito de agosto terá a responsabilidade de administrar um orçamento de cerca de R\$ 300 milhões anuais.

